

Entrelaçando memórias e arqueologia Jê na região abrangida pelo médio e baixo rio Iguaçu, Paraná: ressignificando acervos musealizados, bens arqueológicos, aldeias e territorialidades

Claudia Inês Parellada

Museu Paranaense e PPGAA UFPR, PR, Brasil

Palavras-chave: Museus, arqueologia do Paraná, povos Jês Meridionais

Introdução

Em estudos abrangendo a bacia hidrográfica do médio e baixo Iguaçu, no centro-sul e sudoeste do Paraná, sul do Brasil, foram realizadas análises multivariadas com dados de acervos textuais, imagéticos, inclusive cartográficos, e tridimensionais de áreas indígenas Jê tradicionais, buscando discutir aspectos regionais de histórias de longa duração, como pode ser observado nas figuras 1 e 2.

Nessas áreas, as datações mais antigas de sítios arqueológicos Jê estão próximas a 4 mil anos antes do presente (Parellada, 2016, 2020, 2021; Carsten, 2026), havendo terras indígenas Kanhgág até a atualidade, como pode ser observado na tabela 1.

É importante destacar que, nos séculos XVI e XVII, essa região era denominada Província del Guairá, território que o Tratado de Tordesilhas apontava como pertencente à Coroa de Espanha, mas pertencia tradicionalmente a povos indígenas Jê, na época chamados de *Guaianá e Campero*, além dos Guarani e Tupiniquim (figuras 1 e 2).

O Guairá era cortado por um sistema de caminhos indígenas, o Peabiru, que configurava uma extensa via, com diferentes ramais, que cruzava o continente sul-americano, sendo o principal caminho na. Nessa época, os conquistadores e religiosos financiados pela Coroa espanhola a nomearam Caminho de São Tomé (Montoya, 1985; Parellada, 2018). Os povos Guarani consideram sagrada a rede de caminhos do Peabiru, ou Tape Porã, que poderia levar à Terra sem Males ou *Yvy Marãe'y* (Nimuendaju, 1981; Meliá et al. 1987). Os indígenas Kahngág, de língua Jê, usam o termo “pror” para caminho, e áreas de antigas, e até atuais, aldeias, roças e espaços sagrados estão situados às margens dessas trilhas.

"Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)"

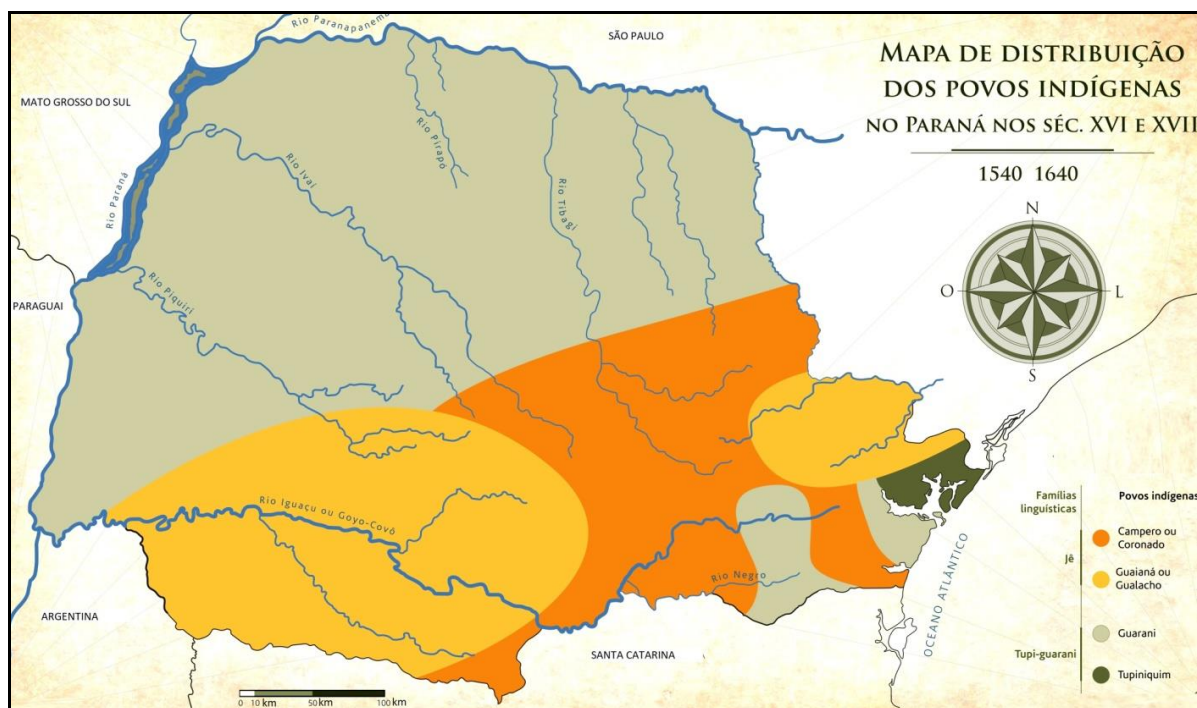


Figura 1 - Mapa com a distribuição dos povos indígenas nos séculos XVI e XVII, na Província del Guairá, atual área do estado do Paraná, Brasil (adaptado de Parellada & Carvalho, 2009).

N	Nome de Terras Indígenas	Etnias	Municípios do sudoeste do Paraná	Área (em km ²)	Situação atual
1	Mangueirinha	Guarani, Kanhgág	Mangueirinha, Coronel Vivida, Chopinzinho	16375,760	Regularizada
2	Marrecas	Kanhgág	Turvo, Guarapuava	16838,569	Regularizada
3	Palmas	Kanhgág	Palmas	3800,879	Regularizada
4	Rio das Cobras	Guarani, Kanhgág	Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguatu	18681,981	Regularizada
5	Boa Vista, Kohó Um	Kanhgág	Laranjeiras do Sul	7336,331	Declarada
6	Aldeia Angelo Kretã, Kasin Fá	Guarani, Kanhgág	Palmas		Reivindicada
7	Aldeia Planalto	Kanhgág	Planalto		Área adquirida
8	Aldeia Barracão	Guarani, Kanhgág	Barracão		Reivindicada

Tabela 1 – Terras indígenas com povos Kanhgág, alguns possuem famílias Guarani, no sudoeste paranaense, segundo dados da Funai, em 2026.

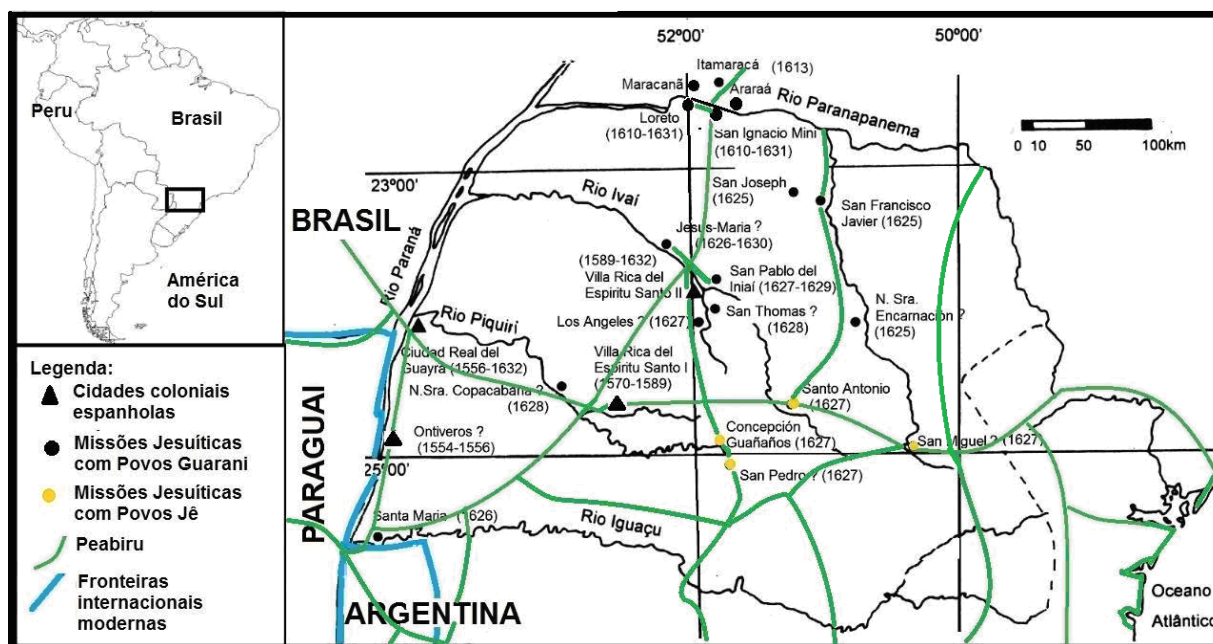


Figura 2 - Mapa com a localização de antigos caminhos e rotas na Província del Guairá, evidenciando as comunidades espanholas e missões jesuítico-indígenas do final do século XVI/ início do século XVII (adaptado de Parellada, 2021).

Sntetizando dados sobre populações Jê no sudoeste do Paraná

Na pesquisa realizou-se a sistematização de documentação e dados referentes a acervos musealizados, como os do Museu Paranaense, com os descritos por Martins (1925) e Parellada (2005), do CEPA UFPR, e de espaços museais de universidades, e órgãos públicos relacionadas a diferentes esferas públicas e privadas. É importante destacar os acervos municipais de Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, Palmas, Capanema, e Foz do Iguaçu, entre outros.

Também foram analisadas documentações textuais e imagéticas do Arquivo Público do Paraná, como em APP (2007), e do Instituto Água e Terra, além da análise cartográfica em diferentes temporalidades, de bens arqueológicos e aldeias com estruturas relacionadas, especialmente, a: habitações – fixas ou temporárias, organização espacial da aldeia, sistemas agroflorestais, agricultura, manejo de áreas de campo e cerrado, funerárias, vias terrestres e fluviais, além de danceiros, alguns associados a monólitos e gravuras rupestres. Conjuntamente está sendo elaborado um banco de dados relativos a topônimos regionais com nomenclatura associada a línguas da família Jê, afinal toda a região sudoeste do Paraná apresenta uma abrangente

No estudo discutem-se aspectos culturais, espaciais e ambientais na ocupação das paisagens, e de como as coleções podem ser analisadas através da museologia colaborativa, com abordagens decoloniais.

Apresentam-se tendências, ao longo do tempo, na estética dos artefatos, na morfologia na disposição e orientação espacial das aldeias e habitações, na construção de alinhamentos e círculos, em rochas e/ ou aterros, em monólitos para observação astronômica, melhor controle dos períodos da agricultura e como marcação de espaços sagrados, além de estruturas semi-subterrâneas, para diferentes usos e ressignificações, entrelaçados com aspectos simbólicos destes povos. Afonso & Nadal (2013) abordam como alguns povos indígenas mapeavam as estrelas e constelações de acordo com as estações do ano.

Houve uma concentração de aldeias Jê, no sudoeste paranaense, entre 1.000 e 300 anos atrás, com paisagens densamente ocupadas, tanto em áreas de topos de morros, como em terraços de meia encosta, planícies aluviais, onde paisagens foram transformadas. Os resultados caracterizam espaços rituais e do cotidiano entrelaçados com os saberes e as práticas tradicionais Jê e as memórias míticas, ainda presentes nas oito Terras Indígenas Kanhgág do sudoeste paranaense, observar Baldus (1979), demarcadas ou em processo de regularização, observar tabela 1.

De acordo com o censo demográfico de 2022, o Paraná tem 30.460 indígenas autodeclarados, com 13.887 residindo em terras regularizadas. A Terra Indígena Rio das Cobras, no centro-sul, é a maior em área e população, com 3.102 pessoas. A segunda maior é a Terra de Mangueirinha, no sudoeste, com 1.994. Na sequência estão Ivaí, com 1.886 indígenas, Apucarana, com 1.636 pessoas, e Palmas, com 725. Desse total, cerca de 20 mil são de povos Jê, especialmente Kahngág e, em menor proporção, Xokleng Laklaño.

Entrelaçando bens arqueológicos, acervos museológicos e narrativas Jê

A discussão sobre bens arqueológicos e acervos museológicos de populações da família linguística Jê incluiu filtros teóricos abrangentes e análises contextualizadas, entrelaçadas com abordagens decoloniais e colaborativas, como postulam Hamilakis (2016, 2018), Ribeiro (2017), Ruibal & Vila (2018), Colwell & Lopes (2020) e Silva (2024), entre outros. Nessa análise também se articulou a fenomenologia (Tilley, 2014)

e os fluxos sensoriais (Hamilakis, 2015) em diferentes tempos, integrando aspectos da paisagem e ambientais.

A arqueologia, ciência com abordagens teóricas que vem abrangendo novos horizontes na atualidade, enfatiza os estudos, especialmente, em articular memórias e materialidades de diferentes povos, com as análises integrando paisagens e narrativas documentais, como exemplos, aspectos relacionados ao cotidiano e ao sagrado, representações gráficas, gênero, vestígios biológicos, entre outras possibilidades. Em alguns sítios arqueológicos também podem ser caracterizados conjuntos de representações simbólicas em vários suportes, como as pinturas e gravuras rupestres, observar tabela 2.

As mudanças climáticas, potencializadas em épocas mais recentes, também ocorreram em outros períodos, com transformações nos mosaicos ambientais, e necessidade de manejar flora e fauna, além da seleção de estratégias para o manejo e gestão de áreas para habitação, agricultura e entrelaçadas com o sagrado.

No centro-sul e sudoeste paranaense, a ocorrência frequente de tempestades e tornados, que ocorrem até hoje, tornou muito importante, ao menos para parte da população Jê, a engenharia da construção de espaços semissubterrâneos, seja para morar, armazenar alimentos, e sepultar os mortos. Os saberes e práticas tradicionais dos indígenas podem ser entrelaçados a novas estratégias para gestão da biodiversidade e da mitigação dos impactos causados pelos eventos climáticos extremos.

Na região do vale do baixo rio Iguaçu está sendo construído um banco de dados relativo ao patrimônio arqueológico e a acervos museológicos, com informações provenientes de diferentes pesquisas, ao longo de mais de 150 anos, e também, na atualidade, no Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração/ PELD do Parque Nacional do Iguaçu/ PNI. Em 2025, caracterizaram-se informações de 277 sítios arqueológicos nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, Ramilândia, Matelândia, Céu Azul, Diamante d'Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Capitão Leônidas Marques e Capanema, além de cerca de 1800 materiais arqueológicos tridimensionais, provenientes de projetos em municípios onde o PNI se insere de forma parcial.

A maioria dos sítios e materialidades está relacionada a antigas aldeias Guarani (40%) e Jê (35%), bem como a espaços ocupados por grupos caçadores-coletores, mais antigos, e locais com representações simbólicas, especialmente gravuras rupestres, além

de áreas com patrimônio histórico associado à fluxos de ocupações humanas mais recentes, nos séculos XIX a XXI, observar tabela 2.

Foram confeccionados mapas digitais, georreferenciados, com a localização espacial de sítios já documentados, buscando-se compreender melhor a arqueologia regional, e apontar novos horizontes para a gestão, conservação e comunicação dos bens arqueológicos no PNI e municípios lindeiros (Parellada et al., 2025).

Em alguns sítios arqueológicos relacionados a povos Jê, situados no vale do médio rio Iguaçu, ocorrem afloramentos e blocos rochosos basálticos, do Grupo Serra Geral, com gravures rupestres associadas, como os abrigos Vargem Grande (Chmyz, 1968) e Bruacas (Chmyz, 1969), e diferentes sítios arqueológicos no baixo Iguaçu, como Ouro Verde I e II, Cruz Alta e vários outros.

TEMPORALIDADES	POVOS	TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS
Superior a 15.000 anos AP (antes do presente, ou seja antes de 1950) até 8.000 anos AP	Caçadores e coletores	Paleoindígenas
10.000 anos AP a 1.200 anos AP		Umbu
8.000 anos AP a 1.200 anos AP		Humaitá
Desde 4.000 anos AP	Agricultores e ceramistas	Jê
Desde 2.000 anos AP		Guarani
Desde o século XVI	Indígenas contatados, africanos, membros de expedições de conquista, comunidades tradicionais, imigrantes	Com várias denominações

Tabela 2 - Periodização arqueológica para a região dos do médio e baixo Iguaçu, Paraná.

No Vargem Grande - PR UV 5 foram documentadas 25 linhas, com sulcos em V, algumas bipartidas, e espessura até 3mm, além de linhas paralelas, diagonais, em cruz e associada a triângulo, além de cerâmica Jê e lascas (Chmyz, 1968).

No abrigo Bruacas (PR UV 17), existem conjuntos de círculos formando alinhamentos paralelos. Os círculos possuem diâmetro médio de 2 cm e cerca de 5 mm de profundidade, e outros conjuntos apresentavam sulcos alongados, como os causados geralmente pelo polimento de artefatos. O sítio possui uma datação de 1475 ± 65 anos AP (SI- 2197), conforme Chmyz (1981).

Langer & Santos (2001, 2002) caracterizaram mais três sítios com gravuras, em blocos de basaltos, no médio rio Iguaçu: Caverna do Alemão em Porto União, Santa Catarina, e no Paraná: Morro das Tocas, em União da Vitória, e Sítio Pedra Fincada, em Cruz Machado. O Pedra Fincada possui quatro conjuntos representando círculos, com diâmetros externos máximos de 25cm e linhas sinoidais, além de grafismos relativos a tropeiros, dos séculos XIX e XX. Langer & Santos (2001, 2002) associaram parte dos grafismos ao povo Jê, ressaltando a destruição de muitos painéis por vândalos.

No vale do baixo Iguaçu, nos sítios arqueológicos Ouro Verde I e II, em Boa Esperança do Iguaçu, sudoeste paranaense, foram caracterizadas cerca de 500 gravuras rupestres, em afloramentos e blocos de basaltos e andesitos, predominando representações geométricas, com círculos concêntricos, alguns raiados, muitos pontos enfileirados e grades. Parte dessas gravuras pode estar associada a, atualmente, ocupação mais antiga do Paraná, o nível inferior do sítio Ouro Verde I, datado em 9040 ± 400 anos AP (ANU 192-17; Parellada, 2015), relacionado a povos caçadores-coletores Umbu. Nesse sítio também ocorrem vestígios mais recentes Jê, datados em cerca de 300 anos AP. No município paranaense de Três Barras do Paraná, junto à margem direita do Iguaçu, também foi cadastrado um sítio arqueológico com cerca de 50 gravuras rupestres, em afloramentos e blocos de basalto, onde aparecem círculos concêntricos e pontos (Parellada, 2015).

Bens arqueológicos: aspectos legais e conceitos

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, o artigo 23, inciso III, dispõe sobre a competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos naturais, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Em relação aos bens arqueológicos, cabe destacar que nos artigos 215 e 216, são definidos como patrimônio cultural nacional com direitos assegurados pelo Estado. No artigo 20, X, os sítios arqueológicos e pré-históricos são considerados bens da União.

A legislação estadual paranaense também dispõe de normas sobre o patrimônio histórico, como a constituição estadual que em seu artigo 12, inciso III, define como competência do Estado a proteção de documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. No artigo 207, inciso XV, é estabelecida como atribuição do Estado a proteção do patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense.

A Carta de Lausanne, de 1990, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organização civil internacional ligada a UNESCO, considera que o patrimônio arqueológico *“engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como todo material a eles associados”*.

Conforme a legislação vigente no Brasil, a Lei n. 3.924 de 1961, que dispõe sobre os locais pré-históricos e históricos, e a Resolução n. 1 de 1986 do CONAMA, além do Art. 217 (capítulo III, seção II) da Constituição de 1988, são necessárias pesquisas que caracterizem os bens arqueológicos.

Conflitos históricos na implantação de estruturas coloniais portuguesas e núcleos urbanos e rurais

A Companhia de Jesus, incentivada pela Coroa espanhola, decide fundar algumas missões no Guairá: em 1610, surgiram a de San Ignacio Mini del Ipaumbucu e a de Nuestra Señora de Loreto del Pirapó, alcançando, em 20 anos de trabalhos, 18 missões jesuítico-indígenas. Até 1631 os bandeirantes paulistas destruíram todas essas missões, que foram sendo transferidas para a Argentina e o Rio Grande do Sul. Em 1632 também provocaram a mudança, além Paraná, de Ciudad Real del Guairá e Villa Rica del Espiritu Santo. Nos vales dos rios Iguaçu e Piquiri existem muitos vestígios relacionados a este período (Parellada, 2018, 2021).

Em 1765, o governador da Província de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, toma posse, e inicia uma série de expedições aos sertões do Ivaí, Tibagi e Iguaçu. Os comandantes, com os respectivos períodos, das principais expedições ao rio Iguaçu, que passaram nas proximidades da região, foram: Zacarias Dias Cortes- 1720, Antonio Silveira Peixoto - 1769, Cândido Xavier de Almeida - 1769 a 1771, Francisco Martins Lustosa - 1770 a 1771, e Afonso Botelho - 1771 a 1772.

Os relatos de parte destas expedições, comandadas pelo tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza, estão publicados nos Anais da Biblioteca Nacional (1956), alguns mapas deste período mostram aldeamentos indígenas e os trajetos das expedições (Franco, 1943), observar figura 3. Estas expedições visavam o reconhecimento do território e seus recursos naturais, além da conversão dos indígenas (Becker & Laroque, 1999; Belluzzo et al., 2003).

As primeiras informações sobre os campos de Guarapuava ocorrem na sexta expedição ao rio Iguaçu ou Grande do Registro, onde foi observado clarão causado por fogueira ao norte do porto do Botelho. Na décima expedição de Afonso Botelho, iniciada em 17 de novembro de 1771, houve o encontro dos paulistas com índios da região do Campo dos Carrapatos, que era a antiga denominação de Entre Rios, situado entre os rios Pinhão e Jordão. O povoado dos

Carrapatos foi base de operações da conquista de Guarapuava, realizada pelo tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza, oficial do tenente-coronel Afonso Botelho, ver figura 4.

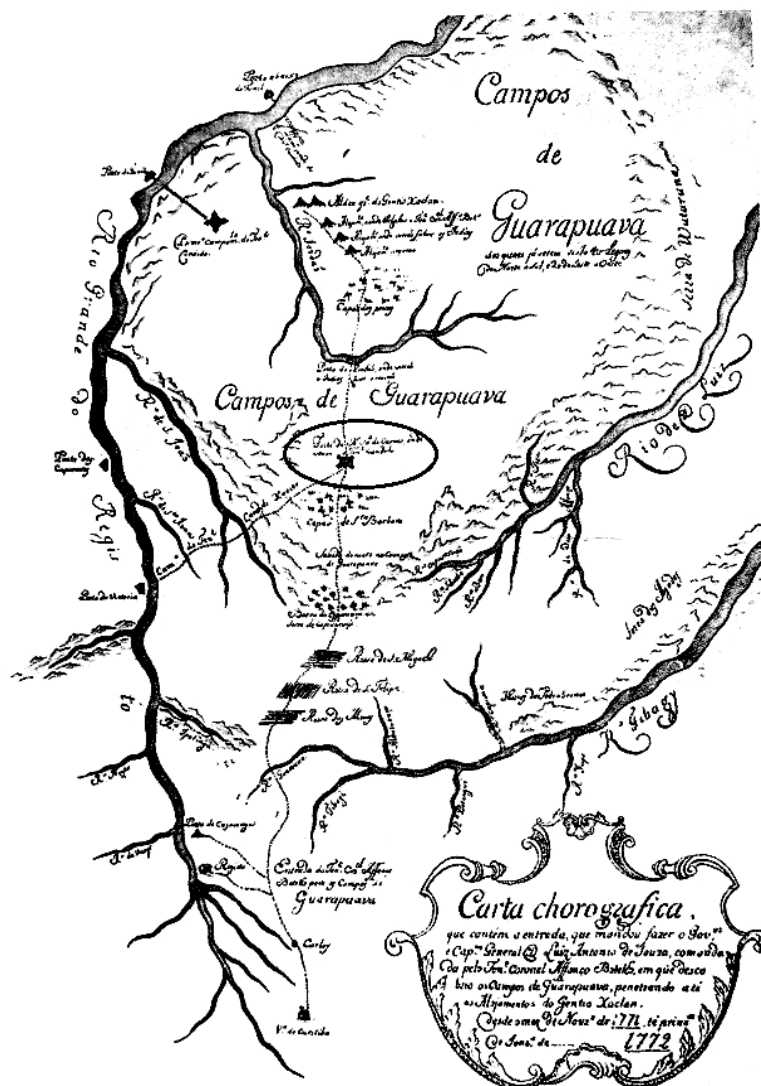


Figura 3 - Itinerário da expedição do Tenente Coronel Affonso Botelho para os Campos de Guarapuava (1771-72), a elipse localiza a Fortaleza de Nossa Senhora do Carmo (fonte: Mapa da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).



Figura 4 – Mapa dos campos de Guarapuava do padre Francisco das Chagas Lima, em 1821 (fonte: cópia de Arthur Martins Franco, de 1932, feita no Arquivo do Estado de São Paulo).

As explorações nos campos de Guarapuava foram reiniciadas, em 1809, com a expedição comandada pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que realizou a conquista e ocupação daquela região, através da fundação de um povoado denominado Atalaia (Franco, 1943). Em 1819, o padre Chagas Lima e o tenente Antonio da Rocha Loures resolveram abandonar o Atalaia, e assim escolheram um novo local para o povoado, em planície situada a uma légua e meia da antiga vila, entre os rios Coutinho e Jordão

Nos séculos XVIII e XIX o território paranaense era cortado pelos caminhos das Tropas, o mais antigo era o que vinha de Viamão e se dirigia à Sorocaba. Havia outra estrada, aberta pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, que partia da região missioneira do Rio Grande do Sul, atravessava o planalto catarinense em Chapecó, seguia até Palmas, onde atravessava o rio Iguaçu, e depois pelo vale do rio Jordão até Guarapuava.

Ao longo destas estradas podem ser encontrados sítios arqueológicos, dos séculos XVIII ao XIX, relacionados aos caminhos de tropeiros, aos pousos de abastecimento e descanso de tropas, e ainda a fazendas de invernadas e áreas posteriores de comunidades quilombolas,

Além das expedições militares oficiais houve algumas “científicas”, que se intensificaram a partir da chegada da Família Real ao Brasil. No século XIX, as viagens de exploradores e naturalistas europeus, foram complementados por outros especialistas, como engenheiros e geólogos do Governo Imperial. No sul do Brasil, o Barão de Antonina encarrega Joaquim Francisco Lopes (o Guia Lopes) e João Henrique Elliot (1847) de realizarem viagens nos sertões do Paraná e Mato Grosso, entre 1844 e 1848.

As explorações oficiais, realizadas na segunda metade do século XIX, segundo Lovato (1974), tinham o propósito, muitas vezes, de estudar a possibilidade de implantação de vias de comunicação a locais de difícil acesso; preocupação estimulada com a Guerra da Tríplice Aliança. Na Província do Paraná, o Iguaçu foi explorado pelos engenheiros Keller, contratados pelo Presidente da Província (Keller & Keller, 1867).

A região, a oeste de Guarapuava, denominava-se Xagu ou campos do Chagu, e lá, em 1858, o governo imperial criou a colônia indígena do Xagu, instalada no ano seguinte, objetivando evitar as lutas frequentes entre os indígenas e os assaltos que eles praticavam entre Palmas e Guarapuava. Também havia o interesse de levar para essa colônia os indígenas de Palmas, facilitando a ocupação daquela região pelos fazendeiros. Deve ser ressaltado que já ocorria desde o início da colonização vários casamentos entre fazendeiros e indígenas. Na colônia do Xagu houve plantações e a abertura de picadas até a mata, ligando diversos acampamentos indígenas a esta colônia (Boutin, 1977; Mota, 1998).

Borba (1908) observa que, em Kaingang, *Xongú* é o nome de um pequeno arbusto espinhoso que dá no campo - outrora chamado de *Mincriniarê*. *Min*, onça; *crin*, cabeça; *iá*, abreviação de *iaprí*, caminho; *rê*, campo, ou seja, campo da cabeça da onça no caminho. Contavam que, na saída desse campo, mataram uma onça, cortaram a cabeça, espetaram-na em um pau, e fincaram no caminho; daí os que passavam, viam a cabeça e diziam *Mincriniá*. Então surgiu o nome desse campo, substituído por *Xongú*, e posteriormente alterado para *Xagu*.

Entre 1864 e 1870 acontece a Guerra da Tríplice Aliança, quando o conflito entre Argentina e Brasil contra o Paraguai provoca muitas baixas e derrotas do lado paraguaio, e a área de fronteira acaba sendo documentada como de ocupação indígena, com aldeias Guarani e Jê, além de poucas casas dispersas de comerciantes e exploradores de erva-mate e madeira, de várias nacionalidades.

No final do século XIX, Telêmaco Borba (1908) relatou que alguns grupos Kaingang viviam pelos sertões do baixo Piquiri, além das margens dos rios Ivaí e Iguaçu. Nimuendaju

(1981) faz referências a indígenas Gualachi no século XVII, Chiqui em 1640, Bituruna em 1690, além de Kaiguá e Guarani em 1855.

Em 1882, fundou-se a Colônia Militar do Chopim, que visava à defesa da fronteira e arregimentar indígenas. Esta colônia teve pouca duração, pois acabou sendo desativada com a instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889 (Boutin, 1977). Chmyz (1981) relaciona parte dos sítios históricos da tradição Neobrasileira, fase Assuna, a este período de ocupação, iniciado com as expedições do final do século XVIII.

Entre 1885 e 1886 houve a expedição comandada por José Francisco Thomas do Nascimento (Nascimento, 1886), com os objetivos de buscar um acesso entre Guarapuava e o rio Paraná, e de áreas estratégicas para fundar novas colônias militares. Nesta viagem houve o encontro com várias lideranças Kaingang que habitavam a região entre os vales dos rios Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Parellada, 2021).

Conclusões e perspectivas futuras

Ressignificar coleções de acervos museológicos e arquivísticos, inclusive cartográficos, e ampliar as pesquisas arqueológicas colaborativas e decoloniais podem descortinar importantes horizontes de entrelaçamentos de conhecimentos, oriundos de filtros teóricos com abordagens pós-processualistas, e as memórias, bem como saberes e práticas tradicionais, de povos indígenas.

As narrativas devem sempre articular e respeitar as memórias e locais do sagrado e do cotidiano, os mosaicos de paisagens, os bens arqueológicos, e o protagonismo das populações indígenas. Uma maior efetividade na comunicação, especialmente com a comunidade local, aliada a políticas públicas afirmativas são fundamentais em áreas onde se inserem aldeias, territorialidades indígenas e núcleos urbanos e rurais.

Dessa forma, destaca-se a importância da implementação de diferentes estratégias e ações de educação patrimonial integradas com escolas, associações regionais, instituições culturais, ampliando a valorização e reconhecimento do patrimônio cultural relacionado a populações originárias.

A arqueologia entrelaçada com a museologia e a antropologia poderá trazer conhecimentos relevantes para a compreensão das memórias e das histórias de longa duração de povos originários que vem ocupando o território paranaense fazem mais de quatro mil anos.

Referências bibliográficas:

- AFONSO, G. B. & NADAL, C. A arqueoastronomia no Brasil. In: MATSUURA, O. (org.). **História da astronomia no Brasil**. v.1. Recife,: CEPE/ SEC-TEC, Rio de Janeiro, MAST/ MCTI, 2013. p. 50-86.
- APP-ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853-1870**. Curitiba, Imprensa Oficial, 2007.
- BALDUS, H. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: BALDUS, H. **Ensaio de etnologia brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nacional, n.101, p.8-33, 1979.
- BECKER, Í.I.B.& LAROQUE, L.F.S. **O índio Kaingang do Paraná: subsídios para uma etno-história**. São Leopoldo, Unisinos, 1999. 344p.
- BELLUZZO, A.M.M.; AMOROSO, M.R.; SEVCENKO, N.; PICCOLI, V. **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo, BNP-Paribas, 2003.
- BORBA, T.M. **Actualidade indígena**. Curitiba, Typ.Impressora Paranaense, 1908.
- BOUTIN, L. Colônias militares do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 1977, n. 3, p.13-68.
- CHMYZ, I. Breves notas sobre petroglifos no segundo planalto paranaense, sítio PR UV 5. **Revista do CEPA-UFRP**, 1968, v.1, p.53-63.
- CHMYZ, I. Novas manifestações da tradição Itararé no estado do Paraná. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, 1969, n. 20, p. 121-129.
- CHMYZ, I. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)**. Florianópolis/ Curitiba, ELETROSUL/ IPHAN, 1981.
- COLWELL, C. & LOPES, R.A. Arqueologia colaborativa não é o fim. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP**, 2020, n.34, p. 41-47.
- FRANCO, A.M. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba, Museu Paranaense, 1943.
- KELLER, J. & KELLER, F. **Relatório da exploração do rio Iguassú feito em 1866**. Relatório do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1867.
- HAMILAKIS, Y. **Arqueologia y los sentidos. Experiencia, memoria y afecto**. Madrid, JAS, 2015
- HAMILAKIS, Y. Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. **World Archaeology**, 2016, v. 48, n.5, p. 678-682.
- HAMILAKIS, Y. Decolonial archaeology as social justice. **Antiquity**, v. 92, p. 518-520, 2018.
- LANGER, J. & SANTOS, S. F. Petroglifos do médio rio Iguaçu. **Rupestreweb**, 2001. Disp. em: <http://rupestreweb.tripod.com/iguazu.html>, acesso em: mar. 2026.
- LANGER, J. & SANTOS, S. F. Petroglifos e megálitos do médio rio Iguaçu (PR/ SC). **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, 2002, v.1, n.1, p. 74-100.

- MARTINS, R. **Museu Paranaense, catalogos e estudos**. Curityba, Livr.Mundial, 1925.
- MCA I **Manuscritos da Coleção De Angelis I. Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Introd. Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.
- MELIÁ, B.; SAUL, M.V.A.; MURARO, V.F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo, FUNDAMES, 1987.
- MONTOYA, A.R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape**. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1985.
- MOTA, L.T. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. Tese de doutorado. Assis: UNESP. 531p. 1998.
- NASCIMENTO, J.F.T. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios Coroados mais bravios daquelles lugares. **Revista Trimensal Inst. Histórico e Geogr. Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XLIX, 1886, v. 2, p.267-281.
- NIMUENDAJU, C.U. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: Fund. IBGE/ Fund. Nacional Pró-Memória, 1981.
- PARELLADA, C. I. Arte rupestre no Paraná: novas discussões. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, 2015, v.21, n.1, p. 45-69.
- PARELLADA, C.I. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, USP, 2016, n.27, p.158 167.
- PARELLADA, C.I. Missões jesuíticas, cidades espanholas e aldeias indígenas no Guairá (1610-1631), América do Sul: territórios e espaços transformados. In: FLECK, Eliane C.; ROGGE, Jairo H. **A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018, p. 329-355.
- PARELLADA, C.I. Arqueologia em Prudentópolis: memórias e patrimônio no Paraná. In RAMOS, O.F.; OLINTO, B.A. 2020. **Prudentópolis: cultura, história e sociedade**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020, p. 69-100.
- PARELLADA, C.I. Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos. **Habitus**, Goiânia, 2021, v.19, n.2, p. 276-301.
- PROUS, A. **Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Cuiabá, Archaeo, Carlini & Caniatto, 2019.
- RIBEIRO, L. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**, SAB, v.30, n.1, p. 210–234.
- RUIBAL, A. G. & VILA, X. A. **Arqueología: una introducción al estudio de la materialidad del pasado**. Alianza, Madrid, 2018.
- SILVA, F.A. **Etnografando a arqueologia : dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico**. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2024.
- TILLEY, C. Do corpo ao lugar à paisagem uma abordagem fenomenológica. **Vestígios, Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, 2014, v.18, n. 1.